

SEMINÁRIO

A DÍVIDA DO RS COM A UNIÃO EM DEBATE:

ESTA CONTA ESTÁ PAGA !

UNIÃO GAÚCHA - OAB/RS - AL/RS

AL/RS - 07AGO2024

DÍVIDA DO RS COM A UNIÃO

(Lei 9.496/97 e PROES)

VALORES CORRIGIDOS IPCA/IBGE - DEZ 2023

VALOR RECEBIDO

R\$ 48 bilhões

VALOR PAGO

R\$ 59 bilhões

SALDO DEVEDOR

R\$ 93 bilhões

JUROS (LUCRO): R\$11 bi pagos a mais + R\$93 bi saldo devedor = R\$ 104 bi

DÍVIDA DO RS COM A UNIÃO

LEI 9.496/97 E PROES

INÍCIO DOS PAGAMENTOS → 1998

PREVISÃO PARA QUITAÇÃO (30 ANOS) → 2028

NOVA RENEGOCIAÇÃO PREVISÃO DE QUITAÇÃO → 2052

POR CAUSA DOS JUROS, MESMO APÓS 54 ANOS A DÍVIDA NÃO ESTARÁ QUITADA

ESSA DÍVIDA SERÁ ETERNA

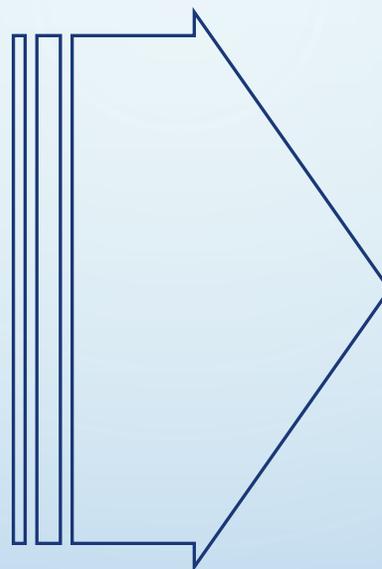
<u>DÍVIDA DO RS COM A UNIÃO</u> Lei 9.496/97 e PROES	<u>93 bi</u>	<u>91%</u>
<u>Banco Mundial</u> (Para pagar parte da dívida com a União)	<u>3,2 bi</u>	<u>3%</u>

DÍVIDA
PARA PAGAR
DÍVIDA

“NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 90, FICOU EVIDENCIADA A NECESSIDADE DE EQUACIONAR AS DIFICULDADES FINANCEIRAS ENFRENTADAS PELOS ESTADOS, EM RAZÃO DAS MUDANÇAS ECONÔMICAS OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS ANOS”

ANOS 90 – PLANO REAL

**PLANO REAL
LEI KANDIR
DESVAL. CAMBIAL
RESTRIÇÃO CRÉDITO
AUMENTO COMPUL.**



MENOS RECEITA

+

JUROS ALTOS



MAIS GASTOS

=

DESCONTROLE FINANÇAS ESTADUAIS

EVOLUÇÃO DÍVIDA RGS - 1970/2018

Preços Correntes - dez/2016 - IGP/DI (FGV)
Fonte dados básicos: SEFAZ/RS - Relatório Dívida 2016



ANOS 90 – PLANO REAL – INIQUIDADE FEDERATIVA

SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO PROBLEMAS DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ

PROER (1995)

Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sist. Finan. Nacional

Prejuízos: BCB

Sucessivos REFIS e calotes não judicializados

PROES (1996)

Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

Prejuízos: Estados

SDS em 2001: proes = 26 bi; reneg. = 127 bi (STN)

PROEF (2001)

Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Prejuízos: Tesouro Nacional

total: 75 bi (BCB - Ilan Goldfajn)

GASTO BRUTO UNIÃO C/ DÍVIDA INTERNA (9.496/97 + PROES)

X

PRESTAÇÕES PAGAS PELOS ESTADOS

Ano	Valor bruto dos gastos da União	Valor total das prestações pagas pelos Estados	Lucro gastos/ prestações
2005	R\$ 257.800.003,52	R\$ 10.800.455.000,00	42 X +
2006	R\$ 234.954.513,00	R\$ 13.102.238.000,00	56 X +
2007	R\$ 134.942.326,43	R\$ 14.437.086.000,00	107 X +
2009	R\$ 94.390.849,66	R\$ 18.471.602.000,00	196 X +
2010	R\$ 83.242.854,66	R\$ 20.109.832.000,00	242 X +
2011	R\$ 87.460.087,62	R\$ 22.838.005.000,00	261 X +
2012	R\$ 86.679.924,62	R\$ 28.281.323.000,00	326 X +
2013	R\$ 81.776.623,38	R\$ 28.590.497.000,00	350 X +
2014	R\$ 25.334.863,80	R\$ 30.912.518.000,00	1.220 X +
2015	R\$ 23.520.283,42	R\$ 30.581.185.000,00	1.300 X +

Fonte dados básicos: Relatórios de Gestão STN/MF no TCU - Elaboração: João Pedro Casarotto

O CONTRATO DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO:

- **SOLAPOU A AUTONOMIA DOS ESTADOS**
- **COBROU JUROS**
- **EMBUTIU A PRÁTICA ILEGAL DO ANATOCISMO**
(SÚMULA 121 STF - É VEDADA A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, AINDA QUE EXPRESSAMENTE CONVENCIONADA)
- **TRANSFORMOU DECISÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA EM LUCRATIVA OPERAÇÃO FINANCEIRA**
- **NÃO PREVIU A CLÁUSULA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
- **OFENDEU OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE E DA IMPESSOALIDADE**

MAIS INFORMAÇÕES:

A DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO - REFAZIMENTO DO PROGRAMA E ASPECTOS INCONSTITUCIONAIS DA LEI 9.496/97 (WWW.FEBRAFITE.ORG.BR)

RS TUTELADO HÁ TRINTA ANOS

1998

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

TUTELA DA STN/MF

MISSÕES TÉCNICAS ANUAIS IMPONDO E CONFERINDO METAS

2008

PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

TUTELA DO BANCO MUNDIAL

POLÍTICAS PÚBLICAS SOB O CONTROLE DIRETO DO BANCO MUNDIAL

2018 ... 2019 ... 2020 ... 2021 ... 2022

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

TUTELA DO GOVERNO CENTRAL

OBJETIVO DE ESTABILIZAR A DÍVIDA

QUESTÃO POLÍTICA

PRESSÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA GEROU



LC 148/14 – AUTORIZOU REFAZIMENTO DOS CONTRATOS DESDE A ASSINATURA

(REFAZIMENTO PELA SELIC – UNIÃO NÃO IMPLEMENTOU A LEI)

LC 151/15 – OBRIGOU REFAZIMENTO DOS CONTRATOS DESDE A ASSINATURA

(NA REGULAMENTAÇÃO, A UNIÃO MANIPULOU A LEI E AUMENTOU O SERVIÇO DA DÍVIDA EM 15%)

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1988

Art. 1º A **República Federativa** do Brasil, formada pela união indissolúvel dos **Estados e Municípios e do Distrito Federal**, constitui-se em Estado Democrático de Direito ...

A PLURALIDADE DE CENTROS DE PODER INSCULPIDO COMO **CLÁUSULA PÉTREA** DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ PELO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO **ESTÁ SENDO ULTRAJADA** APESAR DE SER OU POR SER **O GRANDE ANTÍDOTO CONTRA DITADURAS.**

AO ULTRAJAR A FEDERAÇÃO BRASILEIRA:

O ente federado União está **traindo** a **Assembleia Nacional Constituinte**, que nos legou a Constituição Cidadã de 1988.

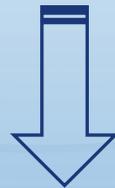
O ente federado União está **traindo** a **Nação Brasileira**, que escreveu, por seus representantes eleitos, a Constituição Cidadã de 1988.

SOLUÇÃO

REFAZIMENTO DOS CONTRATOS DE TODOS OS ESTADOS DESDE A ASSINATURA COM APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA OFICIAL (IPCA/IBGE) SEM JUROS, POIS JURO É LUCRO.



A DÍVIDA DOS ESTADOS ESTARIAM QUITADAS; A DO RS DESDE 2013



RESTABELECE A FEDERAÇÃO BRASILEIRA

JOÃO PEDRO CASAROTTO
ipcasarotto@uol.com.br